



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 022/023

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 29 DE MARÇO DE 2006

ANO XXXI

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO
Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV
1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS
3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA
1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO
2º Secretário - PMDB

ELIO RUSCH
3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA
4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PMRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Traiano
PMDB Antonio Anibelli
PT Ângelo Vanhoni
PDT Luiz Carlos Martins
PPS Waldir Leite
Bloco Parlamentar PTB/PL/PMRB Jocelito Canto
Bloco Parlamentar PP/PSB Cida Borghetti

Representação Partidária

PMDB - 14: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cesar Seleme - Cleiton Kielse - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 02: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PMRB** - 01: Pastor Edson Praczyk

DIÁRIO Nº 022**19ª SESSÃO ORDINÁRIA****SUMÁRIO**

Mesa Executiva	02
Presenças	02
Abertura da Sessão	02
Expediente:	
Requerimentos	03
Ordem do Dia:	
Leitura do Expediente	03
Discussão / Votação:	
Discussão Única (Proposições) ..	03
1ª Discussão	12
Requerimentos	17
Encerramento da Sessão	17

DIÁRIO Nº 023**2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA****SUMÁRIO**

Mesa Executiva	18
Presenças	18
Abertura da Sessão	18
Ordem do Dia:	
Discussão / Votação:	
2ª Discussão	18
1ª Discussão	22
Encerramento da Sessão	23
Publicações:	
Ata de Comissão	
Constituição e Justiça	24

DIÁRIO Nº 022**19ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 19ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
29 DE MARÇO DE 2006**

*(quarta-feira)***Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pela Sra. Deputada Cida Borghetti e pelo Sr. Deputado Luiz Nishimori.

Presenças:

Às dezessete horas e quinze minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Mil-tinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (51). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Cleiton Kielese, Hermes Fonseca e Jocelito Canto (03).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 629

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM a votação em bloco dos vetos aos artigos, parágrafos, incisos e alíneas, abaixo relacionados, apostos pelo Sr. Governador, conforme constam na Proposição de Veto nº 128/05, relativa ao Projeto de Lei Complementar nº 419/05, objeto da presente Ordem do Dia.

Não havendo disposição regimental específica em contrário, fundamenta o presente requerimento no *caput* do artigo 170 do Regimento Interno que, por analogia, aplica-se às Proposições de Veto por constituírem-se estas, também, no gênero Proposição, conforme definida no artigo 117 do Regimento desta Casa.

Dispositivos vetados a serem votados em bloco:

1. artigo 6º;
2. artigo 35 e seus incisos;
3. parágrafo 3º do artigo 38;
4. parágrafo único do artigo 67;
5. inciso X do artigo 103;
6. parágrafo único do artigo 110;
7. artigo 129;
8. inciso I do artigo 138;
9. inciso II e parágrafos 4º e 5º do artigo 140;
10. parágrafo 3º do artigo 153, e artigo 175.

Sala das Sessões, em 29.03.06.

(aa) DOBRANDINO DA SILVA - Líder do Governo
VALDIR ROSSONI - Líder da Oposição

REQUERIMENTO Nº 628

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a inversão total da pauta da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária, antecipada do dia 30 de março do presente.

Sala das Sessões, em 29.03.06.

(a) DURVAL AMARAL

Apoiamento:

Plauto Miró Guimarães, Marcos Isfer, Elio Rusch, Barbosa Neto e Valdir Rossoni.

REQUERIMENTO Nº 627

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Delegado Bradock, dirige-se a V. Exa. para REQUERER o seguinte: requer que seja dado autorização desta Casa de Leis para ausentar-se por 130 (cento e trinta dias) a partir de 29 de março de 2006, em função de tratamento médico, em conformidade com o artigo 65, parágrafo único do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 29.03.06.

(a) DELEGADO BRADOCK

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se a Ordem do Dia, com a presença de 51 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Requerimento nº 628, de autoria do Deputado Durval Amaral, com apoio dos Deputados Plauto Miró Guimarães, Marcos Isfer, Elio Rusch, Valdir Rossoni e Barbosa Neto, constante do expediente, solicitando a inversão total da pauta da Ordem do Dia, da presente Sessão Ordinária. **Aprovado.**

Requerimento nº 629, de autoria dos Deputados Dobrandino da Silva e Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando votação em bloco dos vetos aos artigos, parágrafos, incisos e alíneas, conforme constam na Proposição de Veto nº 125/05, relativa ao Projeto de Lei Complementar nº 419/05, constante na presente Ordem do Dia. **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação o requerimento. **Aprovado.**

Discussão/Votação

De conformidade com os requerimentos acima aprovados, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

Discussão Única (Proposições)

ITEM 11

DISCUSSÃO ÚNICA- da Proposição nº 128/05, veto parcial apostado ao Projeto de Lei Complementar nº 419/05, de autoria do Tribunal de Contas do Paraná, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, e dá outras providências. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC nº 242/2005

Curitiba, 15 de dezembro de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 373/05, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei parcialmente, o Projeto de Lei Complementar nº 419/05, por julgar as partes vetadas inconstitucionais e contrárias ao interesse público, em razão dos motivos, por mim acolhidos, elencados em análise feita pela Procuradoria Geral do Estado, abaixo transcritos.

Dispõe o autógrafo sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, sendo os vetos parciais apostos, assim motivados.

Art. 1º Ao Tribunal de Contas do Estado, órgão constitucional de controle externo, com sede na Capital do Estado, compete, nos termos da Constituição Estadual e na forma estabelecida nesta lei:

...

V - realizar, por iniciativa própria, da Assembléia Legislativa, de comissão técnica ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional, patrimonial fiscal e ambiental, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e demais entidades referidas no inciso III;

A matéria ambiental não é da competência do Tribunal de Contas por força das normas dos artigos 74, caput 75, IV, da Constituição Estadual, que lhe atribui competência para fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas unidades de todos os poderes e órgãos do Estado. A inclusão da matéria ambiental dentre suas atribuições não encontra amparo constitucional nem mesmo na CF/88, que no artigo 70 e 71, caput e inciso VII, não contemplam essa matéria.

Ao Tribunal e Contas compete a fiscalização contábil financeira, orçamentária, operacional e patrimonial de todas as matérias afetas à Administração Pública.

As questões ambientais são da competência do Ministério Público Estadual, consoante artigo 120, III, X, XI, da CE; e da Procuradoria Geral do Estado, consoante artigo 124, I, da CE.

XXVI - apreciar, em grau de recurso, as decisões fazendárias de última instância, contrárias ao erário.

Embora a Constituição Estadual, na norma do artigo 78, que trata parágrafo do controle interno da Administração em geral, tenha mantido a previsão no parágrafo 3º de que “as decisões fazendárias de última instância, contrárias ao erário, serão apreciadas pelo Tribunal de Contas em grau de recurso”, tal dispositivo não se coaduna com os princípios e normas que regem o Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais, ferindo a segurança jurídica, a razoabilidade e a competência do Executivo para decidir acerca de questões tributárias controvertidas.

A norma do artigo 78, parágrafo 3º da CE, portanto, não somente não tem aplicabilidade imediata e eficácia plena, como viola princípios e normas constitucionais e infra-legais que regem o Processo Administrativo Fiscal, os direitos dos cidadãos-contribuintes, o devido processo legal tributário, a segurança jurídica das relações jurídicas e provenientes das decisões do Conselho de Contribuintes no âmbito estadual.

Todas as decisões fazendárias proferidas em Processo Administrativo Fiscal, passam por três instâncias: a primeira, de natureza singular, é proferida pelo Delegado da Receita da região a que está vinculado o sujeito passivo do tributo: a segunda, de natureza coletiva, é proferida pelo Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais, em recurso de ofício ou recurso voluntário (Câmara), e em recurso de reconsideração (Pleno); a terceira e última instância é exercida pelo Secretário da Fazenda, em sede de recurso hierárquico, este intentando das decisões contrárias ao erário, não unânimes.

O Secretário da Fazenda, em última instância, quando é chamado a decidir causas que envolvam decisões contrárias ao erário, tem total liberdade para julgar consoante a Constituição, a legislação, a doutrina, a jurisprudência, sempre visando ao interesse público, a economicidade, a razoabilidade e a proporcionalidade.

O Conselho de Contribuintes, ao julgar contra o erário, acolhe tese que entende melhor se adequar à constitucionalidade das leis, aos princípios e normas e sua melhor interpretação.

Todas as decisões contra o erário evitam desnecessárias discussões judiciais, que poderiam acarretar ônus maior ao Estado pela sucumbência a que será condenado se vencido na demanda. Existem teses que até mesmo no Poder Judiciário já estão pacificadas, e outras que já são acolhidas na doutrina e em julgados administrativos de outros Estados.

Os julgados do Conselho de Contribuintes e do Secretário da Fazenda são motivados e têm por fundamento doutrina ou jurisprudência dominante. Dessas instâncias espera o contribuinte a imparcialidade da decisão, sob pena de comprometimento do modelo adotado. Os integrantes do Conselho de Contribuintes têm amplo conhecimento técnico e jurídico, e decidem convictos das teses que são discutidas, seja a favor ou contra o erário.

O Tribunal de Contas, por sua vez, não é órgão técnico preparado para a análise de questões tributárias, não possui em seus quadros procuradores e técnicos especializados em direito tributário, em ICMS, IPVA ou ITCMD, tributos que envolvem discussões contábeis, teses jurídicas, interpretações sistemáticas. A competência do Tribunal de Contas é financeira e administrativa.

Por esse motivo, o Tribunal de Contas jamais poderia ser a última instância tributária do Processo Administrativo Fiscal, embora possa, porque para isso tem competência, sempre analisar se a conduta do Administrador Público, seja ele o Secretário da Fazenda ou os membros do Conselho de Contribuintes, foi legal, ade-

quada, correta e pautada nos princípios da legalidade, razoabilidade, proporcionalidade e moralidade.

Art. 6º Os responsáveis pelo controle interno, ou na falta destes, os dirigentes dos órgãos e entidades da administração pública estadual e municipal, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão imediato conhecimento ao Tribunal, sob pena de responsabilidade solidária.

Os responsáveis pelo controle interno devem mesmo comunicar qualquer irregularidade ou ilegalidade, mas não ao Tribunal de Contas diretamente, e sim ao Chefe do Poder a que pertencem, sob pena de violação do princípio da independência dos poderes na estrutura do Estado Democrático de Direito; da hierarquia que existe na Administração Pública. A comunicação de irregularidades diretamente ao tribunal de Contas retiraria da Administração a possibilidade de revisão de seus atos, no exercício da autotutela; anularia qualquer possibilidade de análise jurídica para confirmação da irregularidade ou ilegalidade, suspeita que poderia não se confirmar, pois pode ocorrer equivocada interpretação do agente controlador.

O Tribunal de Contas deve tomar conhecimento da ilegalidade ou irregularidade através de seus próprios órgãos de controle (externo), seja na análise das contas, no controle das metas e dos relatórios bimestrais e trimestrais, na fiscalização constante.

Art. 16. As contas serão julgadas:

...

III - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes ocorrências;

c) dano ao erário, decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico, ou ainda, lesivo ao meio ambiente;

A matéria ambiental não é da competência do Tribunal de Contas segundo a Constituição Federal e Estadual.

A atribuição para verificação de atos que causem danos ao meio ambiente é do Ministério Público Estadual, e da Procuradoria Geral do Estado, consoante às normas dos artigos 120 e 124 da Constituição Estadual, cada qual no âmbito de suas competências, na defesa dos interesses sociais e do Estado do Paraná.

Art. 20. O Tribunal de Contas ordenará o trancamento das contas que forem consideradas ilíquidáveis, declarando os efeitos decorrentes e o conseqüente arquivamento do processo.

§ 2º Dentro do prazo de 5 (cinco) anos, contados da publicação da decisão terminativa nos Atos Oficiais do Tribunal de Contas, poderá, à vista de novos elementos que considere suficientes, autorizar o desarquivamento do processo e determinar que se ultime a respectiva tomada ou prestação de contas.

§ 3º Transcorrido o prazo referido no parágrafo anterior sem que tenha havido nova decisão, as contas

serão consideradas encerradas, com baixa na responsabilidade do administrador.

O prazo decadencial para que o Tribunal de Contas possa analisar as contas é de cinco anos do fato, ou seja, do exercício financeiro, no caso de prestação de contas anual. O início do prazo coincide com o último dia em que as contas do exercício devem ser apresentadas. No caso de tomada de contas especial, conta-se o prazo de cinco anos a partir do primeiro dia em que o Tribunal toma ciência de um dano ao erário, podendo desde logo tomar as contas do responsável em caráter especial.

O prazo decadencial não se interrompe nem se suspende segundo a doutrina civilista.

É o princípio da segurança jurídica (implícito na Constituição Federal) que determina tal prazo e sua contagem, estando expresso apenas nas Leis Infraconstitucionais, como é o caso do Código Tributário Nacional, e a legislação ordinária federal esparsa, que trata da cobrança dos créditos da Fazenda Pública, onde se inclui a penalidade aplicada ao responsável pelo dano ao erário.

A norma ora vetada poderia gerar uma situação permanente de dúvida e de apreensão no Administrador Público, pois o processo a que se refere pode demorar anos para ser concluído e se o prazo de cinco anos somente tivesse início após o seu término, o efeito esperado pelo controle externo seria praticamente anulado. O objetivo maior do controle externo é evitar os danos ao erário, ou se isso não se mostrar possível, punir os responsáveis rapidamente, como efeito educativo, além do punitivo. A forma como foi redigida a norma vetada geraria punição sem qualquer efeito prático e educativo, devido ao lapso de tempo decorrido entre a conduta do Administrador e a aplicação da penalidade.

Além disso, se mantida a norma, mesmo que o Tribunal de Contas aplicasse a penalidade, ela não poderia ser executada, pois a decadência pode até mesmo ser reconhecida de ofício, pelo Juiz ou pela própria Administração, no momento da Execução Fiscal.

O veto preservará a função didático-pedagógica do controle externo, e garantirá o devido processo legal, pois a demora na apuração dos fatos certamente prejudicaria a defesa do Administrador Público.

Seguindo a lição de Carlos Maximiliano, citando Bryce (Hermenêutica e Aplicação do Direito, 10, ed. Rio de Janeiro, Forense, p. 307) não podemos esquecer que *todas as presunções militam a favor da validade de um ato, legislativo ou executivo, portanto, se a incompetência, a falta de jurisdição ou a inconstitucionalidade, em geral, não estão acima de toda dúvida razoável, interpreta-se e resolve-se pela manutenção do deliberado por qualquer dos três ramos em que se divide o Poder Público. Entre duas exegeses possíveis, prefere-se a que não infirma o ato da autoridade.*

Depois de concluído o processo de prestação de contas e fixada a multa ao responsável pelo dano ao erário, o Estado do Paraná terá 5 (cinco) anos para cobrar essa penalidade. Trata-se de prazo prescricional cuja con-

tagem tem início no primeiro dia em que a multa, já quantificada poderá ser exigida, portanto, quando não houver nenhuma causa suspensiva de sua exigibilidade.

Art. 35. A denúncia e a representação tramitarão em regime de urgência, devendo:

I - em 5 (cinco) dias ser protocolada, autuada, verificada eventual prevenção e distribuída ao Corregedor Relator;

II - em 10 (dez) dias, ser despachada liminarmente pelo Corregedor Relator, que, se a entender regularmente apresentada:

a) quando suficientemente instruída, mandará citar o responsável para apresentar defesa, no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias;

b) quando insuficientemente instruída, encaminhará o processo à unidade de fiscalização deste Tribunal competente para informações em igual prazo;

c) ocorrendo o previsto no item anterior, após recebidas as informações, determinará, se for o caso, a citação do responsável, para oportunidade de defesa no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias.

III - decorrido o prazo de defesa, será encaminhada pelo Relator à unidade técnica para, em 15 (quinze) dias, emitir parecer, e ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas para igual fim, no prazo de 30 (trinta) dias;

IV - em 30 (trinta) dias, com relatório e voto escrito, será encaminhada pelo Corregedor Relator para inclusão em pauta e julgamento na primeira sessão imediata, com preferência sobre os demais feitos.

O veto se justifica ante a violação da norma do artigo 93, XV, da Constituição Federal, na redação dada pela Emenda nº 45/2004, que dispõe *verbis*: XV - a distribuição de processos será imediata, em todos os graus de jurisdição.

A distribuição da denúncia ou de representação ao Corregedor, que sempre seria o relator de tais processos, gera prevenção de relatoria estabelecendo verdadeiro juízo de exceção. Haverá violação do devido processo legal, pois o relator não pode ser conhecido por aquele que desencadeia o processo, nem por aquele que será julgado.

Assim, a norma vetada estaria indevidamente alterando o que dispõe o texto constitucional.

Além disso, a norma em questão amplia as atribuições do Corregedor, a quem incumbe fiscalizar os servidores do próprio Tribunal, para torná-lo também responsável pelas representações contra os agentes públicos em geral.

Art. 38.

(...)

§ 3º O pedido de consulta e a resposta à mesma deverão ser publicados no Diário Oficial do Tribunal de Contas e no Diário Oficial do Estado do Paraná.

A consulta respondida deve atender ao princípio da publicidade. A publicação nos Atos Oficiais do Tribunal

de Contas já é suficiente para atender ao princípio porque trata-se de veículo oficial de publicação do Estado do Paraná, emitido pela Imprensa Oficial especialmente para o Tribunal de Contas, que circula em todo o Estado periodicamente.

A publicação nos dois veículos oficiais, como consta do dispositivo vetado é desnecessário, pois basta que se assegure a publicidade por um meio oficial e que circule em todo o Estado, o que já ocorre quanto ao periódico Atos Oficiais do Tribunal de Contas, elaborado para aquele órgão e específico para assuntos relativos à sua competência.

A publicação em dois veículos de imprensa oficial oneraria desnecessariamente o Estado, pois atualmente a publicação em site oficial, para acesso pela rede mundial (internet) vem se mostrando o modo mais eficiente de se garantir efetiva publicidade dos atos e respostas das consultas formuladas aos Tribunais de Contas.

Art. 64.

...

§ 3º Sem prejuízo do disposto nos parágrafos anteriores e demais responsabilidades estabelecidas em lei, poderá o Conselheiro, Auditor ou Procurador, ser convocado pela Assembléia Legislativa para, na forma estabelecida em regimento interno do Poder Legislativo, fornecer informações e justificativas sobre as omissões constatadas.

A matéria tratada no presente dispositivo de lei, vetado, é estranha ao Tribunal de Contas, diz respeito à competência da Assembléia Legislativa para convocar seus membros, auditores ou procuradores, para prestar esclarecimentos, informações ou justificativas, em processos instaurados por Comissões Parlamentares de Inquérito, ou para outros fins, a pedido dos Deputados.

Tal possibilidade não decorrerá da previsão na Lei Orgânica do Tribunal de Contas, mas da competência do Poder Legislativo para deliberar sobre questões que comprovadamente exijam tais providências.

A Constituição Estadual já contempla tal possibilidade ao conferir competência privativa à Assembléia Legislativa para *fiscalizar e controlar os atos do Poder executivo, incluídos os da administração indireta* (inciso XXVII), e para essa tarefa os Deputados poderão convocar todos aquele que possam esclarecer dúvidas, prestar informações ou justificar condutas do Administrador Público.

Art. 67...

Parágrafo único. O prazo para interposição do recurso pelo Ministério Público conta-se a partir da publicação do ato.

O Procurador que atua no processo deve ser intimado pessoalmente, consoante à norma do artigo 153, IV, da Lei Complementar 85/99. Referida legislação aplica-se, no que couber, aos membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, consoante prescreve a Lei Estadual nº 13.951/2002, artigo 3º.

A jurisprudência do STJ é pacífica no sentido de que o termo *a quo* do prazo para o Ministério Público somente começa a fluir da data em que o seu representante é intimado pessoalmente, ou da data em que o processo é entregue no órgão.

A contagem do prazo a partir da publicação do ato dificultaria o controle dos prazos e o acesso aos processos, podendo causar prejuízos à atuação do Ministério Público, que diante de sua função pública merece tratamento diferenciado.

Art. 93. A decisão que resulte em imputação de débito ou multa terá eficácia de título executivo extrajudicial, e será executável independentemente de inscrição em dívida ativa.

A decisão do Tribunal de Contas não é título executivo extrajudicial apto a fundamentar uma execução, seja porque não há previsão expressa no artigo 585 do CPC para esse documento, seja porque em havendo condenação em espécie é indispensável e obrigatória a inscrição em dívida ativa e emissão da Certidão de Dívida Ativa, em favor do Estado do Paraná. Toda decisão do Tribunal de Contas que importe em aplicação de multa, em obrigação de reposição, restituição ou alcance, constitui crédito do Estado do Paraná. Todo crédito público deve ser inscrito em dívida ativa quando não for pago no prazo assinado pela lei.

A inscrição em dívida ativa é uma exigência da Lei 4320/64, que o artigo 39 determina: *Os créditos da Fazenda Pública, de natureza tributária ou não-tributária, serão escriturados como receita do exercício em que forem, arrecadados, nas respectivas rubricas orçamentárias.*

As multas de qualquer origem ou natureza, as reposições, restituições, alcances de funcionários e de responsáveis definitivamente julgados estão expressamente previstos como dívida ativa, e, portanto, como crédito da Fazenda Pública, no parágrafo 2º, do artigo 39 da Lei Federal 4320/64. Não é possível, de consequência, a execução da decisão do Tribunal de Contas sem prévia inscrição em dívida ativa.

§ 1º A prévia inscrição em dívida ativa é faculdade do ente federativo credor, sendo obrigatória, contudo, se não satisfeita a obrigação no prazo de 30 (trinta) dias a contar da citação para pagamento do débito.

Como antes aduzido, a prévia inscrição em dívida ativa é exigência legal, como tal prevista no artigo 39 da Lei 4320/64.

Trata-se de exigência de controle interno da Administração, pois a inscrição em dívida ativa não somente permite novo controle do ato administrativo, como o documenta, identificando o sujeito passivo, o valor que deve ser pago ao Estado, a forma de cálculo da correção monetária e dos juros, a aplicação da multa. O número de registro da dívida ativa permite controle de sua efetiva cobrança.

Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), artigo 2º, IV, a Dívida Ativa integra o con-

ceito de Receita Corrente Líquida, porque os valores dela decorrentes são considerados “outras receitas correntes”, na classificação contábil da Lei 4320/64. No entanto, o cômputo dos valores que integram a Receita Corrente Líquida, não se dá pelo total inscrito em Dívida Ativa, mas pela média dos valores efetivamente arrecadados nos três anos anteriores à elaboração da Lei Orgânica a que se refere, e na forma prevista no parágrafo 3º, do artigo 2º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Se a Dívida Ativa integra, ainda que parcialmente, o cálculo da receita corrente líquida do Estado do Paraná, ou se é utilizada como reserva de contingência, os termos da LC 101/2000, a faculdade de sua inscrição importaria em indevida e ilegal renúncia de receita.

A cobrança da dívida ativa é regida pela Lei 6.830/80. A legislação federal em comento, no artigo 2º, estatui o que é dívida ativa, conceito no qual se enquadra a decisão do Tribunal de Contas; no artigo 3º atribui à Certidão de Dívida Ativa presunção de certeza e liquidez; no artigo 4º estatui contra quem pode ser intentada a ação judicial de execução fiscal.

A competência é da União para legislar sobre direito financeiro (normas gerais), consoante ao artigo 24, I c/c parágrafo 1º, e sobre processo civil, consoante à norma do artigo 22, I, ambos da Constituição Federal. Lei Estadual não pode contrariar a Constituição Federal, o que prevê a Lei 4320/64, a LC 101/2000, o CPC e a Lei 6830/80.

§ 2º É facultado o protesto do título executivo, desde que em fase anterior à execução judicial.

O protesto do título executivo não encontra amparo legal, pois a inscrição em dívida ativa já permite que o Estado mantenha o nome do devedor no rol dos inadimplentes, emitindo o título executivo extrajudicial - CDA, ajuizando a Execução Fiscal, penhore bens do devedor e os leve à hasta pública, se não houver pagamento.

Protestar um título público é ato totalmente desprovido de razoabilidade, não havendo fundamento para que o devedor seja inscrito em rol de devedores de dívidas privadas se a inscrição em dívida ativa já o inclui no rol de devedores do Estado, impedindo-o de ter acesso a certidões negativas. Além disso, o protesto não serviria para sua finalidade, que é o pedido de falência ou de insolvência do devedor, porque a Administração Pública, em qualquer de suas esferas, está impedida de fazê-lo.

Protestar um título público seria uma indevida forma de exigir, por meios ilegais, o pagamento do débito do devedor, constringendo-o a quitar um crédito que na esfera judicial pode ser discutido, mediante penhora, ou pode ser pago em cinco dias. O protesto anularia o devido processo legal, a ampla defesa e o contraditório, princípios constitucionais que não podem ser violados pelo Tribunal de Contas.

§ 4º Ao imputar a restituição de valores ou fixar multa, o Tribunal de Contas poderá solicitar à Procuradoria Geral de Justiça ou outro órgão que a lei indicar, a adoção de medidas necessárias ao arresto ou indisponi-

bilidade dos bens dos responsáveis, limitando-se a medida ao valor atualizado do débito, devendo ser ouvido o Tribunal quanto à liberação dos bens e sua restituição.

Consoante à norma do artigo 22, I da Constituição Federal, a competência para legislar sobre processo civil é da União. O Código de Processo Civil trata das medidas cautelares de arresto, estatuinto os casos em que o pedido tem lugar, as exigências e consequências da medida (artigos 813 a 821, CPC).

A medida cautelar fiscal é regida pela Lei 8397/92, e o artigo 2º estabeleceu seu cabimento inclusive para créditos não-tributários.

Assim, já há legislação federal tratando da matéria e, portanto, o Estado do Paraná não é competente para estatuir de forma diversa.

Quanto à solicitação das medidas processuais à Procuradoria Geral de Justiça melhor sorte não assiste ao dispositivo legal, pois bem teria competência para solicitar o arresto ou a medida cautelar fiscal é a Procuradoria Geral do Estado, consoante a norma do artigo 124, I da Constituição Estadual, que preconiza: *Compete à Procuradoria Geral do Estado, além de outras atribuições que lhe forem conferidas por lei: I - a representação judicial e extrajudicial do Estado e a consultoria jurídica do Poder Executivo.*

Desta forma, havendo ou não previsão de tal medida na Lei Complementar Estadual em referência, tais mecanismos processuais poderão sempre ser utilizados pela PGE, se o caso assim exigir, com base na legislação processual federal.

Art. 99. A decisão do Tribunal de Contas, de que resulte imputação de débito ou cominação de multa, torna a dívida líquida e certa e tem eficácia de título executivo.

A decisão do Tribunal não se assemelha à do Poder Judiciário, que é título executivo judicial por força da jurisdição única que existe no Brasil.

O Código de Processo Civil, artigo 584, contempla como títulos executivos judiciais:

I - a sentença condenatória proferida em processo civil;

II - a sentença penal condenatória transitada em julgado;

III - a sentença homologatória de conciliação ou transação, ainda que verse sobre matéria não posta em juízo;

IV - a sentença estrangeira homologada pelo STF;

V - o formal e a certidão de partilha;

VI - a sentença arbitral.

A ação de execução direta tanto pode ser intentada com título executivo judicial quanto com título executivo extrajudicial.

São títulos executivos extrajudiciais, consoante o artigo 585 do CPC:

I - letra de câmbio, nota promissória, duplicata, debênture e cheques;

II - escritura pública, documento público ou não assinado pelo devedor e duas testemunhas, instrumento de transação referendado pelo Ministério Público, Defensor Público ou advogados dos transatores;

III - contratos de hipoteca, penhor, anticrese e caução, segura de vida e acidentes pessoais de que resulte morte ou incapacidade;

VI - crédito decorrente de foro, laudêmio, aluguel ou renda de imóvel, encargo do condomínio, desde que comprovado por contrato;

V - crédito de serventário da justiça, perito, intérprete ou tradutor, quanto a custas, emolumentos ou honorários fixados em sentença judicial;

VI - certidão de dívida ativa da Fazenda Pública da União, Estado, DF e Municípios, correspondentes aos créditos inscritos em Dívida Ativa;

VII - todos os demais títulos a que, por disposição expressa, a lei atribuir força executiva.

A decisão do Tribunal de Contas não se enquadra em nenhum dos títulos do artigo 585 do CPC, e como importa em direito patrimonial ao Estado, deve ser inscrita em dívida ativa, extraíndo-se a Certidão como determina a Lei 4320/64, sendo esse o título executivo extrajudicial que dará respaldo à propositura da ação executiva.

O inciso VII do artigo 585 não se aplica à decisão do TC porque a lei a que se refer o dispositivo é lei federal, de natureza processual, pois a competência para legislar sobre essa matéria é privativa da União consoante artigo 22 da Constituição Federal.

Art. 103. Constituem-se receitas do Fundo Especial do Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná:

...

II - saldo financeiro resultante da execução orçamentária do Tribunal de Contas, disponível ao final de cada exercício, deduzido o valor inscrito em restos a pagar, em percentual, total ou parcial, a ser definido pelo Conselho de Administração;

...

X - multas aplicadas no âmbito administrativo do Tribunal de Contas;

Merecem veto os incisos II e X do artigo 103 porque tais receitas são receitas públicas, vinculadas ao Tesouro do Estado, ante o princípio da unidade do orçamento, e que quando não são, no caso do saldo financeiro (II) integralmente aplicadas nas atividades do Tribunal de Contas, devem retornar ao Tesouro para atender os serviços público que são prestados aos cidadãos, como saúde, educação e segurança, pagamento de fornecedores, da folha dos funcionários, para obras públicas ou conservação do patrimônio público.

No caso das multas, não são receitas do Tribunal de Contas, mas do Estado do Paraná, que compõe a receita corrente líquida, seja no seu cálculo originário, seja para constituir reserva de contingência ou para justificar o superávit do orçamento.

Em qualquer caso trata-se de receitas que são importantes para que o Executivo cumpra suas obrigações com os cidadãos prestando serviços, fornecendo bens (como remédios e alimentos), realizando obras ou conservando o patrimônio público (como exigem as rodovias estaduais).

A destinação de tais recursos ao Tribunal de Contas certamente comprometeria alguns dos projetos públicos estaduais, e suas políticas públicas, pois na atual situação do país, e considerando a desequilibrada distribuição da carga tributária (centralizada na União), o Estado necessita de toda receita possível para cumprir sua obrigação constitucional e legal. Mesmo assim as receitas públicas estaduais não são capazes de acompanhar as necessidades sociais e as exigências de investimentos, especialmente nas áreas de saúde e segurança pública.

A destinação desses recursos ao Tribunal de Contas afetaria as metas previstas nas Leis orçamentárias, determinadas segundo recomenda a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 110...

Parágrafo único. É responsabilidade da Diretoria de Execuções a emissão de certidão de débito, o acompanhamento do parcelamento das multas previsto no parágrafo 1º do artigo 90, desta lei, bem como a atualização dos valores e o cálculo de juros moratórios.

A responsabilidade pela emissão de certidão de dívida ativa, o pagamento e o acompanhamento do parcelamento na esfera administrativa, é da Secretaria de Estado da Fazenda, a quem incumbe centralizar a dívida ativa estadual, sua inscrição e sua cobrança.

A cobrança judicial da dívida ativa incumbe à Procuradoria Geral do Estado, consoante o artigo 124, II da Constituição Estadual.

A dívida ativa do Estado é constituída de créditos tributários e não tributários, consoante a Lei 4320/64.

Art. 126...

...

§ 2º Fica estabelecido que somente profissionais com bacharelado em Direito poderão concorrer às vagas a serem preenchidas por indicação da Assembléia Legislativa quando no uso de sua competência residual normativa.

A possibilidade de indicação de profissionais com bacharelado em Direito para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas limita muito a indicação a cargo da Assembléia Legislativa e não se justifica ante a natureza da função que será exercida. Outros profissionais, como os da área de contabilidade, economia, administração, também são capacitados para a função, e ante a natureza da atividade, até mesmo qualquer profissional com curso superior, que tenha conhecimento prático de contabilidade pública, direito financeiro e administração pública, também a poderia exercer.

O artigo 73, III da Constituição Federal, exige que o Conselheiro do Tribunal de Contas tenha notórios

conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública. O artigo 77 parágrafo 1º, III da Constituição Estadual exige, para a escolha dos Conselheiros, os mesmos requisitos previstos na Constituição Federal, e mais de dez anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos já mencionados.

Art. 129. Os Auditores, em número de sete, serão nomeados pelo Governador do Estado, dentre cidadãos que satisfaçam os requisitos para o cargo de Conselheiro, após aprovação em concurso público, em que será exigido nível superior com pertinência temática às funções do Tribunal de Contas.

A norma insculpida no artigo 129, da forma como está posta, conflita com as disposições do artigo 77, parágrafo 1º, III da Constituição Estadual, que exige para o provimento dos cargos de Auditores, apenas aqueles previstos nos incisos I, II, III e IV do referido parágrafo 1º, do artigo 77.

Ora o inciso III exige apenas *notórios conhecimentos jurídicos, econômicos, financeiros, contábeis ou de administração pública*.

Nesta esteira, o indigitado artigo 129 ao impor que os auditores, para serem nomeados, deverão satisfazer, além de outros requisitos previstos, a graduação em “nível superior”, visto que, a pretendida norma, como antes demonstrado, extrapola as disposições do mencionado inciso III, do artigo 77, da Carta Estadual, o que lhe reveste com eiva de inconstitucionalidade.

Art. 138...

I - exercer o comércio ou participar de sociedade comercial, inclusive de economia mista, exceto como acionista ou quotista sem poder de voto ou participação majoritária.

Os membros do Tribunal de Contas estão sujeitos a todos os impedimentos da Lei Orgânica da Magistratura Nacional, onde se insere a vedação ora vetada, sendo, portanto, desnecessária a referência na Lei Complementar do Tribunal de Contas.

XVII - indicar para cargo em comissão cônjuge, parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até segundo grau, exceto para nomeações em que o indicado seja detentor de cargo efetivo junto ao Tribunal de Contas.

A norma merece veto porque os membros do Tribunal de Contas estão sujeitos às normas da Lei Orgânica da Magistratura e às determinações do Conselho de Justiça, portanto, se houver proibição de indicação para cargo em comissão de parentes consanguíneos naquela legislação, haverá também para os membros do Tribunal de Contas.

XVIII - fica impedido o servidor efetivo do Tribunal de Contas e ou comissionado, seu cônjuge, parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até segundo grau, enquanto no exercício do cargo, de exercer qualquer atividade paralela de assessoramento e emissão de pareceres e, ainda, de ser titular, sócio ou exercer funções em

escritórios técnicos que atuem na defesa dos interesses de municípios ou quaisquer outros entes públicos ou privados junto a este Tribunal, direta ou indiretamente, sujeitando-se às penas previstas no Estatuto do Servidor Público em caso de descumprimento do estabelecido.

Embora a norma em questão tenha caráter moralizador, sua redação amplia demais a vedação para atingir o cônjuge e parentes consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral, até segundo grau, de quaisquer servidores do Tribunal de Contas. A vedação viola o artigo 5º, XIII da Constituição Federal, que estabelece que *é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.*

Somente o servidor do Tribunal de Contas poderia ser impedido de exercer atividades paralelas de assessoramento, emissão de pareceres, de ser titular, sócio ou prestador de serviços em escritórios técnicos que atuem na defesa dos interesses de municípios ou outros entes públicos ou privados junto ao Tribunal de Contas, porque somente ele, servidor, submeter-se-á às penas previstas no Estatuto do Servidor Público.

Art. 140...

II - município em que seu cônjuge, parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o segundo grau, seja detentor de mandato eletivo ou que tenha obtido 01% (um por cento) ou mais de votos, seja qual for o mandato eletivo, de cada colégio eleitoral, considerando os resultados oficiais divulgados pelo Tribunal Regional Eleitoral.

§ 4º O impedimento de membro do Tribunal de Contas previsto neste artigo incidirá inclusive em períodos de eleições, caso em que, a partir do registro de candidatura, de seu cônjuge, parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o segundo grau, serão adotados os critérios referente ao último pleito eleitoral, para fins de apuração das quantidades de votos recebidos; na hipótese de candidatura à reeleição, considerar-se-ão os dados da última eleição.

§ 5º Na hipótese de candidato sem mandato eletivo, o registro da candidatura de cônjuge, parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até segundo grau do membro do Tribunal de Contas, ficará o mesmo impedido de exercer suas funções desde o momento em que for concedido o registro da candidatura a cargo eletivo, cessando o período de suspensão com a realização das eleições.

§ 6º Se houver denúncia, que deve ser recebida ou denegada no prazo improrrogável de 5 dias, de que os Impedimentos previstos neste artigo foram violados, o Membro do Tribunal de Contas ficará afastado de suas funções até que seja concluído o procedimento administrativo que apurará a sua responsabilidade.

§ 7º Em sendo aprovada denúncia pela Assembleia, o Conselheiro do Tribunal de Contas será afastado liminarmente até que seja concluído o procedimento administrativo que apurará a responsabilidade.

A vedação aos membros do Tribunal de Contas para atuar nos processos de qualquer natureza que envolva seu cônjuge, parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o segundo grau, somente seria possível para os casos de detentores de mandato eletivo, mas não se justifica nos casos de candidato não eleito, e muito menos nos casos onde ele tenha obtido somente 1% ou mais de votos. Também não há justificativa para a vedação em períodos de eleições, a partir do registro da candidatura.

Para casos específicos, onde houver necessidade, o membro do Tribunal poderá declarar-se impedido, ou suspeito, tal como determina a Lei Orgânica da Magistratura a que estão sujeitos, para quaisquer pessoas e não somente cônjuges ou parentes.

Se o Conselheiro não se declarar impedido ou suspeito, qualquer pessoa interessada no processo, ou o Ministério Público, poderá solicitar a suspeição ou o impedimento, ocasião em que o processo será redistribuído.

Aplica-se ao caso as normas da Loman - Lei Orgânica da Magistratura Nacional, inclusive quanto às punições, que também poderão ser objeto de lei própria estadual que contemple o processo administrativo e a forma de aplicação da penalidade, garantindo ampla defesa e contraditório, nos termos do artigo 5º, LV da Constituição Federal.

Art. 147. A violação das normas estipuladas no Código de Ética Disciplinar e nesta lei acarretará, conforme o ato e a gravidade da violação as sanções previstas no Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado do Paraná.

O Código de Ética Disciplinar, consoante a norma do artigo 142 da Lei Complementar, aplica-se aos membros do Tribunal de Contas, portanto, o veto ao artigo 147 se justifica porque as sanções aplicáveis não são as previstas no Estatuto dos Funcionários Públicos Estaduais, mas na Loman - Lei Orgânica da Magistratura Nacional.

Art. 153...

...

§ 3º...

O veto se justifica porque por simples Regimento poderá ocorrer a vinculação dos Conselheiros às Inspetorias. Essa vinculação decorria de previsão legal, porém a Lei Estadual 7.077/79, artigo 8º parágrafo único, foi revogada quanto a esse possibilidade.

A supervisão das Inspetorias aos Conselheiros lhes retira a liberdade de agir e fiscalizar, na medida em que vincula os inspetores às orientações dos Conselheiros. Os Conselheiros devem limitar-se à função de julgadores.

Todos os demais Estados já excluíram de suas legislações a vinculação das Inspetorias aos Conselheiros. As Inspetorias são vinculadas à Direção Geral sob a orientação direta da Presidência.

Art. 173...

...

§ 2º Ficam criados 1 (um) cargo de Assessor de Engenharia Ambiental - AE, 4 (quatro) de Programador Analista - PA, que serão providos quando extintas as vagas a que se referem o parágrafo anterior, na medida das disponibilidades orçamentárias e na mesma proporção financeira.

§ 3º A progressão na carreira de Assessor de Engenharia Ambiental - AE dar-se-á do nível AE 01 ao nível G 11.

Os parágrafos 2º e 3º, do artigo 173, não puderam ser acolhidos, em razão do veto apostado ao inciso V, do artigo 1º, eis que matéria ambiental não é da competência do Tribunal de Contas, logo, não há como justificar a criação de cargo de Assessor de Engenharia Ambiental, ficando, por consequência, prejudicado o parágrafo 3º que trata de progressão na referida carreira. Caso referidos parágrafos fossem acolhidos, residiria a mesma inconstitucionalidade incidente nas disposições do referido inciso V, do artigo 1º.

Art. 175. Ficam criadas as Coordenadorias de Planejamento e a Coordenadoria de Auditoria em Operações de Créditos Internacionais do Tribunal de Contas, nos termos desta lei e do Regimento Interno, atribuindo aos cargos de Coordenadores, símbolo DAS-3, fixando o prazo improrrogável de 60 dias da entrada em vigor da presente lei para o provimento dos referidos cargos e para o início da realização de concurso público para o provimento dos cargos onde houver necessidade.

Por se tratar de matéria regimental, o Tribunal de Contas, pela sua normatização própria, já é competente para realizar auditorias em operações de créditos, assim sendo, não justifica a criação dos cargos propostos, o que viria, indubitavelmente, contrariar os mais altos interesses públicos.

Esses os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa colenda Casa.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 419/05 encontra-se publicado no DA nº 129/05, de 22.11.05, em Redação Final).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 128/05

P A R E C E R :

Preâmbulo

O Projeto de Lei Complementar nº 419/05, vetado parcialmente pelo Governador do Estado, tem por objetivo dispor sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, e dá outras providências.

Fundamentação

Reza a Constituição Estadual:

Art. 71 Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifos nossos)

A Comissão de Constituição de Justiça, através de seu relator, verificou que o veto foi apostado dentro do prazo legal.

Desta forma, somos favoráveis ao encaminhamento da presente proposição de veto ao Plenário.

Sala das Comissões, em 21.03.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

A orientação da Bancada do Governo e da Oposição é pela derrubada dos vetos? Peço a confirmação dos dois Líderes.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, conforme acordo feito com o Deputado Dobrandino e com as demais lideranças, este primeiro item que V. Exa. fez a leitura dos artigos é para votação NÃO. Na segunda votação o acordo é votação SIM porque foi um amplo estudo da parte desse projeto que foi vetado pelo Governador; então, tem partes que são constitucionais e partes inconstitucionais. Nessa primeira parte o acordo é pela votação NÃO.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, há um acordo: nessa primeira votação vamos votar NÃO, derrubando o veto e a outra votação, segundo entendimento, votamos SIM, mantendo os vetos.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (**Cida Borghetti**)

(Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados para votação)

Quarenta e sete Srs. Deputados votaram.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Convido os Srs. Deputados Nelson Garcia, Miltinho Pupio e Elton Welter para procederem ao escrutínio dos votos.

A Presidência comunica que teremos mais uma Sessão Extraordinária, com requerimento já aprovado.

Quarenta e sete Deputados votantes.

Quarenta e quatro: NÃO.

Três: SIM.

Está derrubado o veto.

Mantido o projeto.

Iremos fazer agora a segunda votação, conforme entendimento. Solicito à Sra. Deputada Cida Borghetti que proceda à chamada nominal, ainda dentro do item 11.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Apenas uma Questão de Ordem: para recomendar, conforme acordo com o Líder do Governo, votar SIM.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (Cida Borghetti)

(Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados, para votação)

Responderam à chamada nominal 45 (quarenta e cinco) Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Solicito aos Srs. Deputados Litro, Bradock e Mauro Moraes para proceder ao escrutínio dos votos.

41 (quarenta e um) Deputados responderam SIM.

04 (quatro) NÃO.

Está mantido o veto. Os itens do veto, com exceção dos que foram rejeitados na votação anterior.

1ª Discussão

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 091/06, de autoria do Deputado Reni Pereira, declarando de Utilidade Pública a Associação Educacional e Assistencial Nova Aliança, com sede e foro na cidade de Cascavel. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 013/06, de 13/03/06)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 091/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Reni Pereira, declara de Utilidade Pública a Associação Educacional e Assistencial Nova Aliança, com sede e foro na cidade de Cascavel/PR.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 21.03.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 082/06, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, declarando de Utilidade Pública a Associação Comunitária da Vila Rural Antonio Picoli - Acovrap, com sede no município de Ourizona e foro em Mandaguáçu. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 011/06, de 08/03/06)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 082/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária da Vila Rural Antonio Picoli, com sede no município de Ourizona e foro em Mandaguáçu, Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 21.03.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 065/06, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, declarando de Utilidade Pública a Associação Movimento Peniel, com sede e foro no município de Rolândia. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 008/06, de 06/03/06)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 065/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, declara de Utilidade Pública a Associação Movimento Peniel, com sede e foro no município de Rolândia.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 21.03.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 062/06, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, declarando de Utilidade Pública a Associação Rádio Comunitária Cidade Verão FM, com sede no município de Santa Terezinha de Itaipu e foro na comarca de Foz do Iguaçu. PARECER

FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 008/06, de 06/03/06)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 062/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, declara de Utilidade Pública a Associação Rádio Comunitária Cidade Verão FM, com sede no município de Santa Terezinha de Itaipu e foro na comarca de Foz do Iguaçu.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 21.03.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 047/06, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, declarando de Utilidade Pública a Associação dos Trabalhadores com Material Reciclável e Meio Ambiente de São José dos Pinhais, com sede e foro no município de São José dos Pinhais. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 006/06, de 22/02/06)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 047/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, declara de Utilidade Pública a Associação dos Trabalhadores com Material Reciclável e Meio Ambiente de São José dos Pinhais, com sede e foro no município de São José dos Pinhais/PR.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 21.03.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 032/06, de autoria do Deputado Rafael Greca, declarando de Utilidade Pública o Instituto Mauro Goulart, com sede e foro nesta Capital. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 004/06, de 20/02/06)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 032/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Rafael Greca, declara de Utilidade Pública o Instituto Mauro Goulart, com sede e foro nesta Capital.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Quanto à técnica legislativa, o projeto não está em conformidade com os requisitos do artigo 9º da Lei Complementar nº 95/98, a qual dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis:

Art. 9º A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável, na forma da emenda modificativa em anexo.

Sala das Comissões, em 21.03.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA MODIFICATIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 32/06

Atendendo ao disposto no artigo 137 do Regimento Interno desta Casa, corrigimos o Projeto de Lei Ordinária nº 32/06, passando o seu texto a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º Esta lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 21.03.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 683/05, de autoria do Deputado Natálio Stica, autorizando o Poder Executivo a ceder ao município da Lapa, o imóvel que especifica. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ E COPTC. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA COPTC. Aprovado. (Publ. no DA nº 122/05, de 07/11/06)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 683/05

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente Projeto de Lei nº 683/05, de autoria do Poder Executivo, autoriza aquele Poder a ceder ao município da Lapa o imóvel localizado na Rua Barão do Rio Branco, esquina com a Rua Francisco Braga, para a criação da Agência de Rendas Municipais pelo município favorecido.

Fundamentação

Consoante nossa Constituição Estadual, a doação de imóveis dá-se mediante lei, conforme artigo 10:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de Utilidade Pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

O projeto está em pleno acordo com tal disposição constitucional, visto que se trata do projeto de lei que cede uso de imóvel do Estado a uma pessoa jurídica de direito público interno: o município da Lapa.

Quanto à iniciativa para legislar, o artigo 65 da Constituição Estadual determina:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Quanto à técnica legislativa, o projeto está em conformidade com os requisitos da Lei Complementar nº 95/98, a qual dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Dessa forma, o parecer é pela aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 29.11.05.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício
CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 683/05

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 683/05, de autoria do Deputado Natálio Stica, autoriza a cessão de uso de imóvel no município da Lapa.

A matéria recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça que indica a autoria do Poder Executivo e não do Deputado Natálio Stica.

A correspondência da Prefeitura da Lapa solicita permissão de uso, mas a forma mais comum do Poder Público é a cessão de uso.

Isto posto, tendo em vista o mérito da matéria em exame, emitimos parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 683/05, na forma do Substitutivo anexo.

Sala das Comissões, em 22.03.06.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente
CIDA BORGHETTI - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI Nº 683/05

Art. 1º Autoriza o Chefe do Poder Executivo a outorgar, ao município da Lapa, a cessão de uso do imóvel situado na Rua Barão do Rio Branco, esquina com a Rua Francisco Braga, com matrícula 8173 do Registro de Imóveis daquela comarca.

Parágrafo Único. A cessão de uso do imóvel destina-se à instalação da Agência de Rendas do Município, pelo prazo de vinte (20) anos, podendo ser renovado por acordo entre os contratantes.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 22.03.06.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente
CIDA BORGHETTI - Relatora

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 694/05, de autoria do Deputado Rafael Greca, concedendo cidadania benemérita do Paraná ao Padre Reginaldo Manzotti. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. (Publ. no DA nº 123/05, de 08/11/05)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 694/05

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei tem como escopo conceder título de cidadão benemérito do Estado do Paraná ao Padre Reginaldo Manzotti.

Legitimidade

A Lei 14.677 de 06/04/05, dispõe quanto à legitimidade dos partidos políticos para propor o título de Cidadão Benemérito, assim estabelecendo:

Art. 1º Ficam alterados os parágrafos 1º e 2º, do artigo 2º, da Lei nº 13.115, de 14 de fevereiro de 2001, que passarão a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º Cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento na Assembléia Legislativa apresentarem projetos de lei concedendo títulos de cidadão honorário ou de cidadão benemérito do Estado do Paraná.

§ 1º Cada partido político poderá apresentar até 8 (oito) projetos de título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito, à sua escolha, por legislatura;

§ 2º *O partido político que possuir até 03 (três) Deputados representando-o na Assembléia Legislativa só poderá apresentar 4 (quatro) projetos de título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito, à sua escolha, por legislatura.*

Acerca do entendimento do texto supra citado, ressalta-se a legitimidade exclusiva dos Partidos políticos com assento na Assembléia Legislativa para apresentar projetos de lei concedendo título de cidadão honorário.

Fundamentação

Dispõe a Lei 13.115 de 14/02/2001, a respeito do título de Cidadão Benemérito:

Art. 1º O título de cidadão honorário ou de cidadão benemérito será concedido à pessoa que tenha prestado relevantes serviços ao Estado do Paraná e que satisfaça pelo menos dois dos requisitos seguintes:

I - exercício, com denodo e proficiência, de cargo, função, emprego ou atividade, de natureza pública ou privada;

II - contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral;

III - ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais;

IV - ter reputação ilibada ou conduta pessoal e profissional irrepreensíveis;

V - ter em sua biografia registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacionais e da cidadania.

No mérito, não há impedimento quanto ao regular seguimento do projeto.

Constitucionalidade

Quanto à elaboração e redação deste projeto, atentamos para o disposto no artigo 9º da Lei Complementar nº 95/98:

Art. 9º A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas.

Com base no artigo citado, verifica-se a necessidade de emenda modificativa para a correta aplicação da técnica legislativa.

Conclusão

Em sede de parecer, concluímos que o Projeto de Lei nº 694/05 encontra correta aplicação da técnica legislativa com a adoção a emenda modificativa em anexo. Quanto à legalidade e constitucionalidade não há impedimento ao seguimento do mesmo.

Sala das Comissões, em 06.12.05.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DELEGADO BRADOCK - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 694/05

Atendendo o disposto no artigo 137 do Regimento Interno desta Casa, corrigimos o Projeto de Lei Ordinária nº 694/05, passando o seu texto a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 06.12.05.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DELEGADO BRADOCK - Relator

Apoiamento:

Hermes Fonseca.

Em votação.

Solicito à 1ª Secretária Cida Borghetti que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (**Cida Borghetti**)
(**Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados**)

Quarenta e três Deputados votaram, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Solicito aos Deputados Ratinho Júnior, Elton Carlos Welter e Elza Correia para que procedam ao escrutínio dos votos.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (**Cida Borghetti**)

Trinta e oito SIM e cinco NÃO, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Está aprovado o projeto.

ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 752/05, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 064/05, autorizando o Poder Executivo a doar os imóveis pertencentes ao Estado do Paraná, para o município de Boa Esperança. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 134/05, de 30/11/05, em Mensagens)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 752/05

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei em análise pretender autorizar o Poder Executivo a efetuar doação de imóvel especificado, para fins de construção da Biblioteca Municipal e do Paço Municipal, no município de Boa Esperança.

Fundamentação

Analisando-se a competência para legislar sobre a matéria, não se encontra qualquer óbice constitucional. Então, vejamos o artigo 25, parágrafo 1º, da Constituição Federal:

Art. 25. (...)

§ 1º São reservados aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por essa Constituição.

Com relação à matéria tratada no projeto, o artigo 10 da Constituição Estadual do Paraná dispõe:

Art. 10. Os bens do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social. (grifo nosso)

Com certeza o projeto de lei em questão enquadra-se na exceção trazida por esse dispositivo constitucional.

Conclusão

Quanto à técnica legislativa, verifica-se que não foi observada a disposição ao artigo 9º da Lei Complementar nº 95/98, o qual determina que *a cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas*. Assim, torna-se incorreto o uso de cláusula revogatória sem a enumeração expressa das leis ou disposições revogadas, como a constante no artigo 3º do projeto de lei em análise.

Assim, sugerimos a elaboração de emenda supressiva, para a adequação do projeto à técnica legislativa exigida pela Lei Complementar nº 95/98. Portanto, faz-se necessária a exclusão da cláusula revogatória, na forma da emenda em anexo.

Diante do exposto, em sede de parecer, opinamos pela aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 06.12.05.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº 752/05

Fica suprimida a cláusula revogatória contida no artigo 3º do Projeto de Lei nº 752/05, passando o referido artigo a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 06.12.05.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES PROJETO DE LEI Nº 752/05

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 752/05, deriva de Mensagem nº 064/05, do Chefe do Poder Executivo Estadual e pede a autorização deste Poder Legislativo para doar ao município de Boa Esperança, os imóveis urbanos pertencentes ao Estado conforme especifica, localizados no mesmo município.

Os imóveis serão doados à Prefeitura Municipal de Boa Esperança e serão utilizados exclusivamente para funcionamento da Biblioteca Municipal e do Paço Muni-

cipal, ficando gravadas as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à matéria, emite seu parecer favorável à proposição.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.03.06.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente
DURVAL AMARAL - Relator

ITEM 01

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 468/04, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, autorizando o Poder Executivo a doar imóvel para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São João do Triunfo. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 119/04, de 06/12/04)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 468/04

P A R E C E R :

O projeto do nobre Deputado Geraldo Cartário visa dar autorização ao Executivo para que faça doação de imóvel à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São João do triunfo.

A iniciativa é legal, pois para estes casos o Executivo necessita de autorização legislativa, caso queira fazer tal doação.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 21.03.05.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
AILTON ARAÚJO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES PROJETO DE LEI Nº 468/04

P A R E C E R :

Dos Fatos e da Fundamentação

O presente projeto de autoria do Deputado Geraldo Cartário, visa autorizar o Poder Executivo doar à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do município de São João do triunfo área situada na sede do referido município.

Do Parecer

A proposta é louvável, não traz prejuízos ao erário, antes ao contrário, acaba por aproveitar área desocupada para instalação de Associação que tem colaborado com o aparato governamental.

Portanto opinamos favoravelmente à regular tramitação da proposta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.03.06.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente
NEIVO BERALDIN - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Requerimento nº 627, de autoria do Deputado Delegado Bradock, constante do expediente, solicitando autorização desta Casa de Leis para ausentar-se por 130 (cento e trinta) dias, para tratamento de saúde, em conformidade com o artigo 65 do Regimento Interno. **Apro-**
vado. À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Ordinária, marcando uma Sessão Extraordinária para logo após o término da presente, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 068 e 069/06.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 066/06.

Marco ainda uma Sessão Ordinária para segunda-feira, dia 03 de abril, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 718/03; 527, 695 e 790/05; 012 e 019/06.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 468/04; 287, 418, 683, 694 e 752/05; 020, 032, 047, 049, 053, 055, 062, 065, 078, 082 e 091/06.

Levanta-se a Sessão.



DIÁRIO Nº 023

2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva	18
Presenças	18
Abertura da Sessão	28
Ordem do Dia:	
Discussão / Votação:	
2ª Discussão	28
1ª Discussão	22
Encerramento da Sessão	23
Publicações:	
Ata de Comissão	
Constituição e Justiça	24

002ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 002ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE MARÇO DE 2006

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pela Sra. Deputada Cida Borghetti e pelo Sr. Deputado Luiz Nishimori.

Presenças:

Às dezessete horas e cinquenta e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Dobrandino da Silva,

Duflío Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, José Domingos Scarpe-llini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Mil-tinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Jus-tus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaú-cho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (50). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Cleiton Kielse, Hermes Fonseca e Jocelito Canto (03); e em licença o Sr. Deputado Delegado Bradock (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Pre-sidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos traba-lhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não havendo expediente a ser lido, nem oradores inscritos no Pequeno e no Grande Expedientes e nem no horário das Lideranças,

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença dos 50 Srs. Deputados.

Discussão/Votação:

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 068/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 015/06, que aprova abertura de créditos adicionais no valor de R\$ 67.700,000.00 (sessenta e sete milhões e setecentos mil reais), ao orçamento das Secretarias de Estado da Educa-ção, da Saúde, do Desenvolvimento Urbano e dos Trans-portes, aprovados pela Lei Estadual nº 14.977, de 28/12/05. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CO. COM EMENDA DA CCJ e CO. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Existe uma emenda da Comissão de Constituição e Justiça e outra da Comissão de Orçamento.

Inicialmente, votaremos o projeto, posteriormente as emendas. Está em votação o projeto.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, este projeto, apesar de estar surgindo agora, já tem uma polêmica desde que adentrou na Casa. A Comissão de Orçamento faz uma emenda restringindo a amplitude que o Governo propõe, que o Deputado Marcos Isfer vai falar.

O que entendo, Sr. Presidente, é que o Líder do Governo e o Líder da Oposição venham a fazer um entendimento para que todos pudessem votar o projeto. O Governo está pedindo, é legítimo que se vote, mas que fizéssemos um acordo também em torno da emenda, senão vamos ter que debater. Se não houver esse compromisso, vamos ter que debater exaustivamente o teor do projeto.

Seria esse o meu entendimento, teria disponibilidade de votar favoravelmente ao projeto, desde que tivéssemos um acordo em torno da emenda do Deputado Marcos Isfer, que é uma emenda que trata das prerrogativas da Casa.

Falava agora há pouco o Deputado José Maria Ferreira, que esse projeto de lei, do jeito que ele está, é impossível de se votar, porque ele dá uma amplitude. Na verdade, ele cessa a prerrogativa da Assembléia de ter feito um orçamento. Porque do jeito que está o projeto, autoriza o Governo a fazer um novo orçamento, fora do prazo, inclusive. Tem até discussão da legalidade.

Veja, sou da Comissão de Orçamento, fizemos lá um trabalho. O trabalho foi votado de forma consensual nesta Casa e dentro da Comissão também teve consenso. Apenas uma das questões que parece que não houve consenso.

Agora, depois de termos feito um consenso em torno da votação do orçamento, o Governo vem e pede amplitude absoluta, geral e irrestrita, para remanejar. Inclusive, porque tem prazos legais. Aprovado este projeto, não precisa mais da Assembléia para nada. A necessidade de orçamento público, porque do jeito que está não teríamos essa necessidade.

Portanto, em princípio, voto contrário a esse remanejamento por conta desse artigo. Era esse o acordo que eu proporia, o Governo nos pede e nós queremos votar, mas não dá para votar do jeito que está.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, gostaria de propor ao Líder do Governo que fizéssemos um acordo para votação desta suplementação.

Inclusive há interesses da minha cidade de União da Vitória, interesses dos municípios do Paraná. Somos favoráveis a esta suplementação, agora, não somos favoráveis a este artigo que, apenas em uma canetada, o Governo quer tirar todos os poderes da Assembléia. E aí nós ficaremos aqui votando título de Cidadão Honorário até o final do ano.

Por esta razão, Sr. Presidente, queremos colocar a nossa posição favorável à suplementação. Não estamos aqui para obstruir votação, mas caso haja o acordo, passaremos a obstruí-la, porque o interesse desta Casa - acredito - é legislar. Depois de aprovado este artigo, podemos fazer campanha, porque não temos mais nenhuma capacidade de votar suplementações, porque o Governador, através de decreto, vai resolver todos os problemas do Estado. Proponho o acordo e com o acordo votaremos pacificamente. Caso contrário, passaremos a obstruir a votação, encaminhando até meia-noite se for possível.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) (Para Encaminhar)

Recebi orientação do Governo para votar contrário a essa emenda. Tenho que ser correto com o pedido do Governo. Apenas quero alertar que se formos reprovar a emenda, com certeza, o Governo deve optar pelo veto. Creio que não podemos protelar, como disse o Deputado Rossoni, mas não vou nem encaminhar. Estou só alertando. Como já falei, vou votar favorável, contrário à emenda, a pedido do Governo e os Deputados estão liberados.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Entendo a posição de V. Exa., como Líder do Governo, mas como Presidente deste Poder não posso admitir tirar poderes do Parlamento, para concedermos uma "carta branca". Estamos tirando o poder dos Deputados. Não há razão inclusive e deveríamos ter dado, quando da aprovação do orçamento, essa liberdade total e que não foi dada. Estamos tirando a autonomia da Casa. Sou contra a tirar qualquer autonomia do Poder Legislativo. Quero deixar a minha posição registrada.

Eu não deveria nem fazer essa colocação, mas tenho a função, como Presidente da Casa, de defender este Poder.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, várias vezes como Parlamentar nesta Casa ouvi e assisti a falas corretas, que deveríamos, para dar suplementação (ou a outro projeto de qualquer natureza que mexa com a questão orçamentária), sabermos com clareza, objetividade e transparência, a origem dos recursos e aonde seriam locados. Lembro-me que no dia da discussão desse projeto na Comissão de Justiça, houve um elogio da Comissão, por parte do Presidente, dizendo que é assim que devem ser feitas as coisas.

O Governo está pedindo suplementação, mas ele está dizendo de onde vai sair o recurso, de onde sairão esses créditos, com clareza e objetividade e aonde serão locados. Foi elogiado na Comissão de Justiça. Não há nenhuma ilegalidade e nenhuma inconstitucionalidade.

Sinceramente, não estou entendendo a dificuldade de aprovarmos esse projeto, porque o Governo cumpre o seu papel, um rito. Quanto precisa? Sessenta e sete

milhões, 32.775 serão utilizados pela Fundepar; 22.275 pelo Fundo Estadual de Saúde - Funsau, e um milhão e quinhentos serão utilizados pela Sedu, no pagamento de obras, na construção da Rodoviária Municipal de União da Vitória; onze milhões e 150 mil serão utilizados pelo Sedu, na execução de obras.

Portanto, esses créditos serão provenientes dos recursos do Detran e dos recursos financeiros recolhidos ao Tesouro Geral do Estado, pela gestão de fomento. Não existe nenhuma ilegalidade e nenhuma inconstitucionalidade em relação à aprovação da matéria, que cabe à Casa, evidentemente, a aprovação dos créditos suplementares do orçamento do Estado, conforme previsto na Constituição. Ninguém está tirando o poder de ninguém! Dessa forma, não consigo entender. Não estamos tirando o poder de ninguém! Há legalidade, há constitucionalidade, está tudo devidamente esclarecido e não sei onde está o problema para não votar esse projeto.

O SR. MARCOS ISFER (PPS) **(Para Encaminhar)**
Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

Só respondendo a V. Exa, somos totalmente favorável ao projeto tanto é que estamos tomando a liberdade de fazer uma Sessão Extraordinária para antecipar, inclusive, a aprovação final do mesmo.

O que estamos questionando, nobre Deputada, para não tirar os poderes dos Deputados é um artigo que foi embutido aqui, artigo 4º: Fica o DER autorizado a alterar as obras constantes do Anexo 5, programa de obras do DER, do anexo 7 da Lei Estadual, enfim... o Deputado Marcos Isfer fez, na Comissão de Orçamento, a seguinte emenda: *Fica o Departamento de Estrada de Rodagem autorizado a alterar as obras constantes do anexo 5, programa de obras, anexo 7º da lei estadual tal e tal, decorrentes da implantação dessa lei.* Em relação a esse projeto é perfeito, então não vejo questionamento, não vejo razão em não aprovarmos a emenda modificativa do Deputado Isfer.

O SR. MARCOS ISFER (PPS) **(Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, gostaria de encaminhar, talvez para entendimento - e nós entendemos que o acordo sempre é o melhor -, até porque todos os outros projetos de suplementação que têm sido encaminhado a esta Casa, todos com parecer favorável das comissões. É muito claro, cito, por exemplo, o projeto de Lei nº 59/06 que suplementa a Unespar, vem muito claro aonde vai o dinheiro e diz o artigo 4º: *Em decorrência do contido no artigo 1º fica alterado o anexo de obras conforme o anexo 5º desta lei.*

Quer dizer, altera-se o quadro de obras de acordo com a suplementação que é pedida, é justo, é necessário que seja feito! O que não pode é, como disse o Presidente, estar embutido dentro do artigo 4º uma maquinação para liberar todo anexo de obras, todo anexo que foi negociado entre o DER e esta

Casa, todos os Deputados, frise-se aqui: todas as obras solicitadas pelo Governo, pelo DER, constam do anexo. Em todos os momentos esta Casa esteve aberta, à disposição, esteve aberta ao diálogo, tanto que estão todas as obras lá colocadas.

Agora, se dermos essa autorização para alterar todo o quadro de obras, nenhum Deputado desta Casa mais saberá quando as obras começam a ser feitas, com que recurso são feitas, de onde, que obra foi cancelada, que obra deixou de ser feita que nos foi solicitada, inclusive pela bancada do PMDB, prioritariamente. Porque foi a Bancada do Governo que nos pediu a inclusão destas obras, através de um ofício mandado pelo DER que veio a esta Casa e nós acatamos!

Ninguém aqui é contra qualquer tipo de obra! O que temos que preservar é o poder da Assembléia de saber: que obra foi cancelada e que obra está sendo feita. No momento que nós não tivermos mais isto, não teremos mais condições de acompanhar o que o Estado está realizando. Não teremos, como Deputados, mais a capacidade de saber o que se passa dentro do DER, dentro da Secretaria de Obras, dentro, enfim, de todas as obras a serem realizadas pelo Estado.

É função nossa, dos Deputados, estarmos em todos os momentos, atentos à obra que é cancelada, sabermos, por exemplo, se uma obra, numa determinada região, foi cancelada porque não houve condições de projeto de realizá-la. E esta Assembléia já garante e tem garantido, votar a suplementação aqui em todos os momentos! Não estamos nos furtando a votar nenhuma suplementação que seja solicitada pelo Governo do Estado, agora é dever desta Assembléia conhecer o que deixar de ser feito e o que vai ser feito para que possamos bem exercer a nossa função legislativa! Tenho certeza, Sr. Presidente, que o acordo pode, perfeitamente, acontecer neste momento, porque com o acordo nós estaremos beneficiando estas obras, conforme solicitação de diversos Deputados, que nos pediram celeridade na votação. Mas, queremos saber que obras são canceladas e que obras passam a valer a partir deste momento.

Então, gostaria de pedir a todos os Srs. Deputados que votássemos sem nenhum constrangimento.

Deputado Nereu, sei do seu trabalho, da sua defesa do Parlamento em todos os momentos, do papel dos Deputados. Não podemos é ficar fora e sabermos, através de um decreto que depois é comunicado à Assembléia, Deputado Nereu, quer dizer: a Assembléia só vai referendar o que já foi feito, o que já foi realizado.

Tenho certeza e tenho dito isso aos Deputados da Bancada do Governo, que esta emenda interessa muito mais a eles do que a qualquer outra pessoa, pois as obras sempre que forem, eventualmente, canceladas para serem feitas outras obras, ou serão obras reivindicadas pela Bancada do Governo, ou serão obras que estarão para entrar em execução também reivindicadas por estes Deputados.

Então, não vejo o que é que obstaculize, neste momento, estarmos aprovando esta emenda, estarmos dando à Assembléia o poder que ela merece e que é dela, porque é um poder intrínseco. Temos dito e defendido sempre que o orçamento é a maior arma que os Deputados têm para acompanhar o que acontece no Estado do Paraná. A partir do momento em que abrimos mão disso, estaremos delegando o nosso mandato para alguém que vai fazer as suas alterações por decreto. Estamos abrindo mão da nossa função de legislador, da nossa função de fiscalizador e delegando alguém que execute um decreto. Muitas vezes esse decreto vai chegar às mãos do Governador já pronto.

Mas quem será que vai fazer esse decreto? De que forma esse decreto vai ser feito? Com quem será debatido? Com quem será discutido o cancelamento de uma obra, por exemplo, lá em Londrina, para execução de uma obra lá em Verê, por exemplo? Quem estará vigilante? Quem estará tomando esta decisão? É uma decisão de Governo? É uma decisão de Governo, mas também é importante que tenhamos como Deputados o nosso papel a executar. Estarmos cientes de tudo aquilo que se passa, de tudo aquilo que ocorre e muitas vezes podendo até ajudar o Governo. Porque ninguém é onipresente, nem onisciente, nem dono da verdade. Todos juntos podemos errar muito menos. A nossa emenda é nesse sentido.

Quero deixar muito claro, a nossa emenda não deixa e nem prejudica o Governo em executar o que ele propõe executar com os seus 67 milhões de reais. A Deputada Elza ressaltou, e quero dizer a ela que realmente vem daonde será cancelado o valor, para onde está sendo destinado e não poderia ser diferente. E o que queremos, Deputada Elza, é que justamente isso que V. Exa. coloca como um ponto positivo permaneça em todas as nossas leis, permaneça em todos os pedidos de suplementação, porque a partir do momento em que aprovamos este artigo 4º, redigido marotamente, não sei por quem, mas marotamente, para tentar passar esta Assembléia a um papel secundário, tirando da Assembléia o seu dever e o seu poder de legislar, alguém pôs isto aqui de forma marota, estaríamos correndo o risco, Deputada Elza, de deixarmos de, efetivamente, exercer o papel que a senhora tanto preza, que é o papel de legislar, é o papel de defender a população, é o papel de poder dar e dizer à população paranaense o que está acontecendo, o que está se passando neste momento.

Então, Sr. Presidente, quero pedir a compreensão, quero pedir à Bancada do Governo que vote - parece que alguns se ausentaram - mas vejo aqui alguns que fazem parte da Bancada. Mas, é importante que todos votemos, porque me foi dito por alguns Deputados que esta suplementação precisava ser votada no dia de hoje, porque senão, não teria condição do início dessas obras. E quero deixar muito claro: estamos aqui para votar, para colaborar, para fazer com que essas obras passem a acontecer a

partir de amanhã. Mas, não vamos abrir mão, em momento nenhum, da nossa função de legislador.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Aprovado.

Em votação a emenda da CCJ.

A Mesa avisa aos Srs. Deputados que estão em plenário, no início da votação que, se alguém se ausentar, será cortado. Será cortado na votação. Já iniciou o processo de votação.

Em votação a emenda da CCJ, que fala o seguinte: “esta lei entrará em vigor na data da sua publicação”.

Os Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Aprovada.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será feita a verificação de votação.

Dois Parlamentares se ausentaram: Nelson Justus e Nelson Garcia.

Os Srs. Deputados que aprovam a emenda, queiram levantar-se.

Vinte e oito votos, com os dois que se ausentaram.

Está aprovada a emenda.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Mas V. Exa. não vota. V. Exa. não conta. Dá 27 votos.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Tem quórum para votação.

Eu não voto, mas tem quórum para votação, Deputado.

Eu não voto, eu não votei.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Então, são 27 votos.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vamos fazer nova contagem.

Fiquem em pé os Deputados que são favoráveis. Vinte e quatro Deputados aprovam.

Os que rejeitam, por gentileza. Nova contagem: vinte e seis, com os dois Deputados ausentes. V. Exa. como vota? Vinte e sete. Com a presença do Deputado, vinte e oito.

Aprovado.

Há outra emenda para ser votada, da Comissão de Orçamento.

(Lê o artigo 4º da emenda)

Em votação. **Aprovada.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 069/96, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 016/06, aprovando abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 2.498.000,00 (dois milhões, quatrocentos e noventa e oito mil reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Cultura, aprovado pela Lei Estadual nº 14.977, de 28/12/05. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CO. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Emenda - Aprovada.**

1ª Discussão

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 066/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, ICMS - concede redução de base de cálculo do imposto nas operações que especifica e adota outras providências sobre o tributo. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. EM ERGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado. (Publ. no DA nº 008/06, de 06.03.06).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 066/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei em questão tem como objetivo reduzir e adequar legislação tributária paranaense à base de cálculo do imposto incidente nas operações internas e interestaduais de carne e demais produtos comestíveis frescos, resfriados, congelados, salgados, secos ou temperados, resultantes do abate de aves, leporídeos e gado bovino, bubalinos, caprino, ovino e suínos ao estipulado no Convênio ICMS 89/05, da qual o Estado do Paraná foi signatário, de forma que a carga tributária, nas operações com os produtos mencionados, resulte no percentual de 7%.

Legitimidade

A Constituição Federal preceitua:

Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:

(...)

II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.

Na mesma esteira, a Constituição Estadual assegura:

Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

(...)

III - tributos, arrecadação e distribuição de rendas; (...)

Art. 129. Compete ao Estado instituir:

I - impostos previstos na Constituição Federal; (...)

Assim, não há óbice algum quanto à iniciativa do presente projeto.

Constitucionalidade

As isenções ou reduções de impostos sobre operações relativas à circulação de mercadorias serão concedidas ou revogadas nos termos de convênios celebrados e ratificados pelos Estados e pelo Distrito Federal, conforme preceitua a Lei Complementar nº 24/75, *verbis*:

Art.1º As isenções do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias serão concedidas ou revogadas nos termos de convênios celebrados e ratificados pelos Estados e pelo Distrito Federal, segundo esta lei.

Parágrafo único. O disposto neste artigo também se aplica:

I - à redução da base de cálculo;

II - à devolução total ou parcial, direta ou indireta, condicionada ou não, do tributo, ao contribuinte, a responsável ou a terceiros;

III - à concessão de créditos presumidos;

IV - à quaisquer outros incentivos ou favores fiscais ou financeiros-fiscais, concedidos com base no Imposto de Circulação de Mercadorias, dos quais resulte redução ou eliminação, direta ou indireta, do respectivo ônus;

V - às prorrogações e às extensões das isenções vigentes nesta data.

Art. 2º Os convênios a que alude o artigo 1º, serão celebrados em reuniões para as quais tenham sido convocados representantes de todos os Estados e do Distrito Federal, sob a presidência de representantes do Governo Federal.

§ 1º As reuniões se realizarão com a presença de representantes da maioria das Unidades da Federação.

§ 2º A concessão de benefícios dependerá sempre de decisão unânime dos Estados representados; a sua revogação total ou parcial dependerá de aprovação de quatro quintos, pelos menos, dos representantes presentes.

Art. 8º A inobservância dos dispositivos desta lei acarretará, cumulativamente:

I - a nulidade do ato e a ineficácia do crédito fiscal atribuído ao estabelecimento receptor da mercadoria;

II - a exigibilidade do imposto não pago ou devolvido e a ineficácia da lei ou ato que conceda remissão do débito correspondente.

(grifos nossos)

Com efeito, a fim de satisfazer os requisitos da referida Lei Complementar, o presente projeto de lei tem amparo na autorização do Confaz - Conselho Nacional de Política Fazendária, através do Convênio ICMS 89, de 17 de agosto de 2005, publicado no Diário Oficial da União,

edição nº 162 de 23.08.05, cujo representante do Paraná foi o Sr. Gilberto Calixto em substituição do Sr. Heron Arzua, conveniando a redução na base de cálculo do ICMS para 7%, nas saídas interestaduais, de carne e demais produtos comestíveis, resultantes no abate de aves, gado e leporídeos.

A Lei Estadual nº 9895/92 autoriza a implantação de mecanismos de proteção e também preceitua a prerrogativa do Estado em atuar para atender a necessidade de proteção da economia paranaense face a situação de necessidade de ajuste do setor produtivo em relação a conjuntura econômico-financeira nacional, para tanto este relator solicitou através do Ofício 012/06, de 22.03.06, da Comissão de Constituição e Justiça informações ao órgão representativo do setor Sindicame - Sindicato da Indústria de Carnes e Derivados no Estado do Paraná.

Em resposta aos quesitos formulados, através do Ofício 58/06 de 22.03.06 o referido Sindicato oferece de maneira clara e inequívoca, os subsídios e requisitos objetivos para a elaboração desta lei no sentido de proteção do setor que emprega mais de 700.000 (setecentos mil) paranaense de forma direta e indireta, e da própria economia paranaense, pois o destino da maioria da produção paranaense é o Estado de São Paulo, que a exemplo da maioria dos outros Estados produtores, de maneira célere, através do Decreto nº 50.456 de 29.12.05 já efetuou a redução da base de cálculo na forma da Autorização do Confaz.

Em razão desta diferenciação as empresas paranaenses perderam competitividade de mercado, pois têm um custo direto de 5% a mais em relação ao ICMS, para colocação do produto produzido no Paraná não só no Estado de São Paulo, mas também em relação à outros Estados da Federação, fazendo com que a própria arrecadação de ICMS também deixasse de existir em relação à estas operações, o que por sua vez denota também que não há renúncia de arrecadação, conforme veda a Lei Complementar 101/00, pois não existindo mais as operações conseqüentemente também inexistente o acessório tributário.

Conclusão

Diante do exposto, em sede de parecer, opinamos pela constitucionalidade do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 28.03.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 066/06

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Hermas Brandão, objetiva conceder redução de base de cálculo do ICMS nas operações que especifica.

Fundamentação

A proposição já recebeu parecer favorável, quanto a constitucionalidade e legalidade, da douda Comissão de Constituição e Justiça.

Conclusão

Chamada a opinar, conforme dispõe parágrafo 3º do artigo 33 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, a Comissão de Finanças apresenta, também, parecer favorável, tendo em vista o projeto visa reduzir e adequar a legislação tributária paranaense ao Convênio ICMS 89/05, do qual o Estado do Paraná foi signatário.

Sala das Comissões, em 29.03.06.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
CESAR SELEME - Relator

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Ata de Comissão

Constituição e Justiça

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de março do ano de dois mil e seis, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Ratinho Júnior e com a presença dos Srs. Deputados: Barbosa Neto, Carlos Simões, Duílio Genari, Elton Carlos Welter, Hermes Fonseca, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Martins, Delegado Bradock e Nelson Justus. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a Ata da última reunião ordinária em votação - APROVADA, após solicitação de dispensa da leitura pelo Deputado Delegado Bradock. Passou-se ao expediente: Requerimento do Deputado Delegado Bradock, solicitando preferência de votação aos Projetos de Lei nºs 58/06, 46/06, 45/06 e 02/06. O Sr. Presidente colocou em votação. APROVADO. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 58/06, de autoria do Ministério Público. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Hermes Fonseca - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 46/06, de autoria do Tribunal de Justiça. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Hermes Fonseca - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 45/06, de autoria do Tribunal de Justiça. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Hermes Fonseca - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 002/06, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Hermes Fonseca. O Deputado Luiz Carlos Martins apresenta requerimento solicitando prefe-

rência de votação ao Projeto de Lei nº 69/06 - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 069/06, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 06) Proposição Veto nº 021/06, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ratinho Júnior. O Deputado Barbosa Neto apresenta requerimento solicitando preferência de votação aos Projetos de Lei nºs 003/06 e 004/06 - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 003/06, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Barbosa Neto - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 004/06, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Barbosa Neto - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 692/05, de autoria da Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Delegado Bradock - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 745/06, de autoria do Deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 791/05, de autoria do Deputado Cleiton Kielse. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Delegado Bradock - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 799/05, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do

Deputado Barbosa Neto - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 800/05, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ratinho Júnior - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 801/05, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 019/06, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 020/06, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 031/06, de autoria do Deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 043/06, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente, pelos Deputados presentes e por mim Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

Ana Lúcia Andretta- Secretária

